

Conteúdo programático de prática processual
DIREITO DE FAMÍLIA, TRIBUTÁRIO E PENAL

ATENÇÃO - Regras para elaboração da Pasta:

1. Forma de elaboração

Todas as atividades devem ser feitas **manuscritamente**, com letra legível e apresentação organizada. Não serão aceitos trabalhos digitados, datilografados ou escritos de forma ilegível.

2. Peças processuais

As peças devem ser elaboradas exclusivamente na **Folha Modelo 2ª Fase OAB FAM**, disponível no site www.vemprafam.com.br/NPJ. O uso de qualquer outro modelo implicará na desconsideração da atividade, sendo esta considerada não entregue.

3. Relatórios de audiências

Os relatórios devem ser preenchidos manuscritamente no formulário identificado como **Relatório de Audiências** e assinados, quando se tratar de participação presencial. No caso de audiências realizadas pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, é obrigatória a anexação do **Relatório de Audiências** juntamente com o respectivo **certificado**. O documento deve conter todas as informações solicitadas e assinatura legível do responsável pela audiência.

4. Prazos e período de realização

Para a aprovação da pasta, todos os itens deverão ser realizados e datados no **segundo semestre de 2025**. Atividades entregues fora do prazo ou em formato diverso do exigido não serão aceitas.

5. Entrega e formato

As tarefas devem ser postadas no Canvas na data determinada, em formato PDF, reunidas em um único arquivo, organizado e em ordem.

6. Proibições e autenticidade

Não é permitido o uso de inteligência artificial, redatores automáticos ou auxílio de terceiros na elaboração das peças. Todo o trabalho deve ser individual e original, sob pena de reprovação e aplicação das sanções acadêmicas cabíveis.

7. Penalidades

A ausência de qualquer atividade prevista acarretará a **reprovação total da pasta**. Atividades incompletas, ilegíveis ou que não atendam aos requisitos formais serão desconsideradas.

1. Prática Processual Civil - Direito de Família

1.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Antonia, viúva, com 92 (noventa e dois) anos de idade, reside no bairro “Belenzinho”, na cidade de “Itatianga”, com sua filha Claudia, que lhe presta toda a assistência material necessária. Em razão da idade avançada, Antonia apresenta limitações mentais, psicológicas e físicas, necessitando do auxílio da filha para tomar banho, alimentar-se e administrar os diversos medicamentos que controlam sua depressão, mal de Alzheimer e outras patologias psíquicas, conforme relatórios médicos emitidos por hospital público municipal.

A situação é tão grave que Antonia não possui mais condições de exercer pessoalmente os atos da vida civil. A pensão que recebe do INSS é essencial para custear seus medicamentos, sendo as demais despesas suportadas por Claudia.

Recentemente, Antonia recebeu correspondência do INSS informando que deveria comparecer ao posto da autarquia mais próximo para recadastramento e retirada de novo cartão de benefício previdenciário, sob pena de suspensão do pagamento.

Diante disso, Claudia, visando regularizar a administração dos bens da mãe e atender à exigência do INSS para evitar a suspensão do benefício, procura você, advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis.

Com base nas informações apresentadas, elabore a peça processual adequada, observando os requisitos legais e as normas aplicáveis. A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere cumprimento da atividade.

2.Prática Tributária e Processual Tributária

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O Estado “X” instituiu um adicional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cujo fato gerador é a propriedade de veículos em mau estado de conservação e/ou que possuam duas ou mais multas não pagas. Caio, proprietário de um veículo automotor nessas condições — mau estado de conservação e com cinco multas não pagas — foi notificado da cobrança do adicional do tributo por meio de auto de infração. Como não apresentou defesa nem efetuou o pagamento, o Estado “X” ajuizou execução fiscal. Caio, entretanto, não possui meios para garantir a execução fiscal e apresentar embargos à execução, embora disponha de todos os documentos que comprovam sua defesa.

Com base na hipótese formulada, responda justificadamente aos itens a seguir:

- a)** O adicional de IPVA instituído pelo Estado “X” é devido?
- b)** Qual seria o meio adequado para a defesa de Caio, nos próprios autos da execução fiscal, conforme o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores?

3. Prática Processual Penal

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Rita, senhora de 60 anos, foi presa em flagrante no dia 10/11/2021 (quarta-feira), ao sair da filial de uma grande rede de farmácias, após ter furtado cinco tintas de cabelo.

Para subtrair os itens, Rita arrebentou a fechadura do armário onde estavam os referidos produtos, conforme imagens gravadas pelas câmeras de segurança do estabelecimento. O valor total dos itens furtados perfazia a quantia de R\$ 107, (cento e sete reais). Instaurado inquérito policial, as investigações seguiram normalmente.

O Ministério Público, então, por entender haver indícios suficientes de autoria, provas da materialidade e justa causa, resolveu denunciar Rita pela prática da conduta descrita no Art. 155, § 4º, inciso I, do CP (furto qualificado pelo rompimento de obstáculo).

A denúncia foi regularmente recebida pelo juízo da 41ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado 'X' e a ré foi citada para responder à acusação, o que foi devidamente feito. O processo teve seu curso regular e, durante todo o tempo, a ré ficou em liberdade.

Na audiência de instrução e julgamento, realizada no dia 18/10/2022 (terça-feira), o Ministério Público apresentou certidão cartorária apta a atestar que no dia 15/05/2022 (domingo) ocorrera o trânsito em julgado definitivo de sentença que condenava Rita pela prática do delito de estelionato. A ré, em seu interrogatório, exerceu o direito ao silêncio.

As alegações finais foram orais; acusação e defesa manifestaram-se. Finda a instrução criminal, o magistrado proferiu sentença em audiência.

Na dosimetria da pena, o magistrado entendeu por bem elevar a penabase em patamar acima do mínimo, ao argumento de que o trânsito em julgado de outra sentença condenatória configurava Maus antecedentes; na segunda fase da dosimetria da pena o magistrado também entendeu ser cabível a incidência da

agravante da reincidência, levando em conta a data do trânsito em julgado definitivo da sentença de estelionato, bem como a data do cometimento do furto (ora objeto de julgamento); não verificando a incidência de nenhuma causa de aumento ou de diminuição, o magistrado fixou a pena definitiva em 4 (quatro) anos de reclusão no regime inicial semiaberto e 80 (oitenta) dias-multa.

O valor do dia-multa foi fixado no patamar mínimo legal. Por entender que a ré não atendia aos requisitos legais, o magistrado não substituiu a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Ao final, assegurou-se à ré o direito de recorrer em liberdade. O advogado da ré deseja recorrer da decisão.

Com base nas informações apresentadas, elabore a peça processual de Apelação, observando os requisitos legais e as normas aplicáveis. A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere cumprimento da atividade.

4. Métodos Adequados de Solução de Conflitos

4.1. Prática de conciliação e mediação

Raquel é uma estudante do segundo ano da faculdade de Direito que tem a fotografia como hobby. Como não está gostando muito do curso, Raquel pensava em transformar o hobby em profissão. Por isso, vinha praticando diariamente e gostava de distribuir fotos entre parentes e amigos. Muitas das fotos foram emolduradas por uma tia dentista, que resolveu expô-las em seu consultório odontológico. Em certa ocasião, Carla, uma modelo até então desconhecida, foi ao consultório da tia de Raquel para pedir o orçamento de um clareamento dentário. Vendo as fotos, Carla ficou impressionada com a qualidade e pediu o contato da fotógrafa. No mesmo dia, ligou para Raquel e a convenceu a fazer algumas fotos suas para acrescentar no seu *book*, dizendo que as fotos seriam encaminhadas para diversas revistas e agências de modelo. Raquel aceitou, pois achava que isso poderia ser a sua grande chance de largar de vez a faculdade de Direito. Assim, pediu dinheiro emprestado para o pai e comprou equipamentos fotográficos mais sofisticados. No dia combinado, Raquel e Carla andaram pela cidade de São Paulo fazendo diversas fotos pelo caminho. Em especial, uma foto no Parque do Ibirapuera ao pôr-do-sol, com Carla em primeiro plano, ficou particularmente impressionante. No dia combinado, Raquel entregou os arquivos digitais à Carla e não teve mais nenhuma notícia. Passados alguns meses, surpreendeu-se ao ver a foto tirada no Ibirapuera estampando a capa de uma revista de viagem. Comprou a revista e notou que, pelo teor da reportagem, a foto era atribuída ao próprio repórter, sem qualquer crédito a ela. Inconformada, com a ajuda do setor de atendimento do fórum, ingressou sozinha com uma ação no Juizado Especial Cível contra Carla e a revista, pedindo 20 salários-mínimos (R\$ 19.960,00) pelo direito de imagem e pelos danos materiais. O processo foi remetido pelo juiz do caso para o setor de conciliação. No dia da audiência de conciliação, Carla não compareceu, mas foi representada pelo advogado da revista. Raquel foi sozinha. Antes mesmo de iniciarem a conversa, o advogado pediu a palavra, ameaçando entrar com uma reconvenção, pleiteando danos morais no patamar de 200 salários-mínimos (R\$ 199.600,00), uma vez que as reputações da revista e de Carla teriam sido fortemente abaladas pela alegação de Raquel, que classificou como “mentirosa”.

Você , estudante de direito e atuando como conciliador voluntário há mais de 5 anos, embora não tenha concluído a faculdade, a experiência como conciliador acabou trazendo algum conhecimento jurídico. Sabe, por exemplo, que a reconvenção é vedada no Juizado Especial Cível (art. 31 da Lei nº 9.099/95), mas não sabe qual a diferença entre a **reconvenção** e o **pedido contraposto**. Sabe ainda que, embora haja visíveis sinais de edição da foto, a autoria é de Raquel. Não sabe como o juiz julgaria um caso desses, mas acha que seria injusto que Raquel recebesse menos do que gastou com o equipamento fotográfico.

Redija uma minuta de conciliação com contendo principais argumentos jurídicos.

5. Audiências e visitas especificadas

5.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do trabalho**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>.

Preencher o relatório das atividades e anexar **o certificado**.

5.2. Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório**

das atividades e anexar **o certificado**.

5.3. Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **realizando relatório**, acompanhado de carimbo e assinatura do referido órgão.

6. Prática Jurídica Real – 40 horas

▪ A **prática jurídica real** poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos. Na pasta deve ser apresentada a declaração de realização do estágio.

▪ A **prática jurídica real** também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares.

Não havendo demanda da população, será indicada **atividade substitutiva** por meio de elaboração de **peças práticas** entre outras atividades a serem propostas.